



Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Área Especializada - Contador

TIPO 2 – VERDE

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:
 - a) uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas e a folha de texto definitivo da redação;
 - b) esse caderno de prova contendo **50** questões objetivas, cada qual com **5 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E) e o tema da redação;
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - a) conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - b) ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - c) marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - d) assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
6. O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
7. O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e de elaboração do texto definitivo da redação.
8. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
9. Somente após decorrida **uma hora** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
10. Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
11. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala, a folha de texto definitivo da redação e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
12. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
13. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
14. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **20/10/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14.
15. O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **21/10/2014** até as 23h59 do dia **22/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1 – Um Brasil livre de preconceito

Ideli Salvatti – *O Globo*, 4/09/2014

As principais democracias do mundo têm inscrito em suas Constituições os direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais figuram entre as condições básicas para a vida em sociedade tal como a conhecemos hoje. Mas nem sempre foi assim. Muitos dos direitos hoje considerados universais somente foram conquistados após muito esforço e muita luta. Como exemplo, basta citar o voto feminino no Brasil, só garantido em lei no ano de 1934.

Atualmente, podemos dizer que o Brasil elevou os direitos políticos, civis, econômicos e culturais a patamares inéditos, avançando rapidamente na realização progressiva deles. E assim surge o desafio de avançarmos nos chamados direitos de quarta geração, que englobam os direitos das mulheres, dos negros e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), entre outros.

1

Infere-se da leitura do texto 1 que:

- (A) o Brasil é o país mais atrasado, entre as democracias, no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos;
- (B) sem os direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, a vida em sociedade seria impossível;
- (C) o voto feminino no Brasil exemplifica um direito político de quarta geração, só conseguido com esforço e luta;
- (D) a sociedade mudou profundamente a partir da conquista do voto feminino no Brasil;
- (E) sem esforço e luta, os direitos fundamentais dos cidadãos estariam inscritos nas Constituições, mas sem aplicação social.

2

“Como exemplo, basta citar o voto feminino no Brasil, só garantido em lei no ano de 1934”.

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo “só” é considerado um modalizador e expressa uma opinião do autor do texto; tal opinião pode ser verbalizada do seguinte modo:

- (A) o voto feminino foi garantido em lei de forma isolada, sem que outros direitos o acompanhassem;
- (B) o voto feminino no Brasil foi garantido em lei em função das lutas travadas pelas mulheres no início do século;
- (C) o voto feminino, apesar de exercido politicamente, foi incluído com atraso entre os direitos fundamentais dos cidadãos;
- (D) o voto feminino foi inserido na nossa Constituição após outras nações já o terem garantido;
- (E) o voto feminino é uma prova da atual elevação de nossos direitos políticos, civis, econômicos e culturais.

3

O segundo parágrafo do texto 1 mostra de forma positiva a conquista de novos direitos considerados fundamentais; a forma linguística de valorização só NÃO inclui:

- (A) o emprego do verbo “elevar” em relação aos direitos políticos;
- (B) a utilização do verbo “avançar” em referência à realização dos direitos citados;
- (C) o uso do adjetivo “progressiva”, considerando os direitos como uma demonstração de progresso;
- (D) a designação de “quarta geração” para os novos direitos, empregando expressão da área tecnológica;
- (E) a indicação de que os novos direitos são um desafio a ser superado pela sociedade.

4

“As principais democracias do mundo têm inscrito em suas Constituições os direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais figuram entre as condições básicas para a vida em sociedade tal como a conhecemos hoje”.

A observação correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) a forma verbal “têm inscrito” deveria estar grafada “têm inscritos”, já que se refere a “direitos”;
- (B) a forma plural “cidadãos” poderia estar grafada “cidadões”, já que são dois os plurais possíveis;
- (C) o termo “em suas Constituições” poderia aparecer entre vírgulas, já que se trata de um adjunto adverbial deslocado;
- (D) após o termo “culturais” deveria ser colocada uma vírgula, pois aí se encerra uma enumeração;
- (E) a forma verbal “conhecemos” é inadequada ao contexto e deveria ser substituída pela forma passiva “é conhecida”.

Texto 2 – Política lucrativa

José Casado, *O Globo*, 26/08/2014

Um dos melhores negócios do mercado brasileiro é ser dono de partido político. Convive-se com 32 deles, dos quais duas dezenas têm bancadas no Congresso. Na essência, diz o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se transformaram num “agregado de pessoas que querem um pedacinho do orçamento”.

Partido político se tornou ativo financeiro de alto retorno, sem risco e com recursos públicos garantidos por lei, elaborada e votada pelos próprios interessados.

5

Por tratar do partido político como negócio, o texto 2 se apropria de um grupo de vocábulos do jargão econômico; são prova disso:

- (A) agregado / orçamento;
- (B) ativo / retorno;
- (C) risco / lei;
- (D) mercado / partido;
- (E) bancadas / Congresso.

6

Segundo o texto 2, entre os meios de transformar a formação de partidos políticos em negócio lucrativo está a estratégia de:

- (A) pertencer ao partido da maioria no Congresso;
- (B) estabelecer ligações políticas de interesse;
- (C) votar leis que aumentem as dotações orçamentárias;
- (D) eleger poucos representantes para a bancada;
- (E) legislar em causa própria.

Texto 3 – Maravilha!

Veríssimo, *O Globo*, 31/8/2014

Pode-se parafrasear Winston Churchill e dizer da democracia o mesmo que se diz da velhice, que, por mais lamentável que seja, é melhor do que sua alternativa. A única alternativa para a velhice é a morte. Já as alternativas para a democracia são várias, uma pior do que a outra. É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa. Resista.

7

Tendo em vista o conteúdo do texto 3, o título dado ao texto deve referir-se:

- (A) à brilhante frase de Winston Churchill;
- (B) à paráfrase de Veríssimo da frase de Churchill;
- (C) ao regime democrático, como o menos ruim de todos;
- (D) à velhice, cuja alternativa é a morte;
- (E) à propaganda eleitoral, que irrita os telespectadores.

8

“É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa”.

O segmento abaixo que corresponde corretamente a uma oração desse período do texto 3 é:

- (A) É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político.
- (B) Quando sua irritação com a propaganda.
- (C) Pode levá-lo.
- (D) Levá-lo a preferir outra coisa.
- (E) A preferir outra coisa.

9

“É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa”.

Nesse segmento do texto 3, a forma “a preferir” pode ser adequadamente substituída por outra forma oracional, que é:

- (A) à preferência de outra coisa;
- (B) a que você preferisse outra coisa;
- (C) a ser preferida outra coisa;
- (D) a que você prefira outra coisa;
- (E) a ter de ser preferida outra coisa.

Texto 4 – Uma ideia simples

Elio Gaspari, *Folha de São Paulo*, 27/8/2014

Todos os candidatos prometem crescimento e austeridade. Entre os chavões mais batidos vem sempre a reforma tributária, tema complexo, chato mesmo, acaba sempre em parolagem. Promete-se a simplificação das leis que regulam os tributos, e a cada ano eles ficam mais complicados. Uma coletânea da legislação brasileira pesa seis toneladas. Aqui vai uma contribuição, que foi trazida pelo Instituto Endeavor. Relaciona-se com o regime de cobrança de impostos de pequenas empresas, aquelas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano (R\$ 300 mil por mês). É o Simples – pode-se estimar que ele facilita a vida de algo como 3 milhões de empresas ativas.

10

O texto 4 deve ser classificado como:

- (A) narrativo-dissertativo;
- (B) dissertativo-expositivo;
- (C) dissertativo-argumentativo;
- (D) descritivo-narrativo;
- (E) descritivo-dissertativo.

11

(1) “Promete-se a simplificação das leis que regulam os tributos, e a cada ano eles ficam mais complicados.”

(2) “Relaciona-se com o regime de cobrança de impostos de pequenas empresas, aquelas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano (R\$ 300 mil por mês).”

(3) “É o Simples – pode-se estimar que ele facilita a vida de algo como 3 milhões de empresas ativas.”

Nesses segmentos do texto 4 ocorre a presença do vocábulo SE; quanto à classificação desse vocábulo nos três segmentos, pode-se afirmar corretamente que possuem:

- (A) a mesma classe em 1, 2 e 3;
- (B) diferentes classes em 1, 2 e 3;
- (C) a mesma classe em 1 e 2;
- (D) a mesma classe em 1 e 3;
- (E) a mesma classe em 2 e 3.

12

“Todos os candidatos prometem crescimento e austeridade”. Essa informação inicial do texto 4:

- (A) mostra a preocupação dominante na ideologia dos candidatos;
- (B) indica certa ironia, já que as palavras e os atos contrariam essa observação;
- (C) demonstra o caminho do raciocínio político que levou à construção do Simples;
- (D) comprova a mesmice de uma campanha, que só aborda a situação econômica do país;
- (E) denuncia a fraqueza ideológica dos candidatos.

13

“Uma coletânea da legislação brasileira pesa seis toneladas”. Essa frase do texto 4:

- (A) elogia a preocupação legal da sociedade brasileira;
- (B) destaca a impossibilidade de conhecerem-se todas as leis;
- (C) mostra a necessidade de atualização do código legal;
- (D) exemplifica um caso de progresso social;
- (E) critica o excesso inútil de legislação.

14

A frase no texto 4 “que foi trazida pelo instituto Endeavor” equivale, na voz ativa, a:

- (A) que o instituto Endeavor traz;
- (B) que o instituto Endeavor trouxe;
- (C) trazida pelo instituto Endeavor;
- (D) que é trazida pelo instituto Endeavor;
- (E) que traz o instituto Endeavor.

15

Sobre a variedade de linguagem mostrada no texto 4, afirma-se corretamente que ela pertence à linguagem:

- (A) formal, com exemplos de coloquialismo;
- (B) informal, com inserções de gíria;
- (C) regional, com traços de formalidade;
- (D) popular, com falhas gramaticais;
- (E) culta, com marcas de erudição.

Geo-História de Goiás

16



(Fonte: www.seplan.go.gov.br)

O Projeto Plataforma Logística Multimodal de Goiás constitui uma rede de facilidades com o objetivo de promover, com maior agilidade, eficiência e menor custo, a movimentação de materiais, produtos e a prestação de serviços relacionados com seus objetivos. Com relação ao projeto, analise as afirmativas a seguir:

I – A Plataforma Logística Multimodal de Goiás está localizada em uma das principais cidades industriais e importante centro logístico do Centro-Oeste brasileiro.

II – A interligação dos modais aeroviário, rodoviário e ferroviário vai permitir um sistema de distribuição tanto rápido quanto eficiente de mercadorias para os mais diversos centros.

III – A localização da plataforma na cidade de Anápolis é favorecida pela presença de mão de obra qualificada, em função de ser o maior centro universitário do estado de Goiás.

Assinale se:

- (A) somente I estiver correta;
- (B) somente II estiver correta;
- (C) somente III estiver correta;
- (D) somente I e II estiverem corretas;
- (E) I, II e III estiverem corretas.

17

“O Estado de Goiás apresentou elevadas taxas de urbanização e a população urbana, que correspondia a 68% da população total em 1980, passou para 81% em 1991, atingindo 86% em 1996, taxa bastante superior à brasileira para o mesmo ano, que era de 78%.

Segundo dados relativos aos períodos compreendidos entre 1980 e 1991 e 1991 e 1996, o crescimento populacional em Goiás também foi superior ao do país, com taxas de 2,33% e 2,40% ao ano, respectivamente, embora haja grandes diferenças entre suas cinco mesorregiões.” (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>)

O processo de urbanização em Goiás nas últimas décadas foi caracterizado por:

- (A) alterar a hierarquia e a estrutura urbana, ao originar muitos centros regionais, espalhados por todo o estado de Goiás;
- (B) diferenciar-se das décadas anteriores, ao estar desvinculado da dinâmica das atividades agropecuárias modernas;
- (C) originar municípios de grande porte, sendo Goiânia, Anápolis e Lusitânia exemplos com mais de 1 milhão de habitantes;
- (D) apresentar as mais baixas taxas na mesorregião Leste Goiano, em função da ausência de importantes centros urbanos na região;
- (E) promover o crescimento dos problemas sociais de Goiânia, muitos gerados nos municípios vizinhos, dada a polarização exercida pela capital.

18

O cerrado contém extensas áreas em condições geoambientais favoráveis à agricultura intensiva e à pecuária, sendo esta historicamente extensiva e dominante espacialmente. Nos anos 60 e 70 do século passado, por essa e outras razões de natureza geopolítica, o cerrado foi alvo de expansão da nova fronteira agrícola, baseada na modernização da agricultura (...) (GOMES, H. e TEIXEIRA NETO, A. Geografia Goiás-Tocantins. Goiânia: UFG, 1993.)

Entre as condições geoambientais do cerrado que favoreceram a expansão da fronteira agrícola, destaca-se:

- (A) a presença do solo de terra roxa, cuja baixa aptidão agrícola foi superada pelo uso de corretivos, que viabilizaram o plantio de grãos;
- (B) o clima tropical estacional quente e semiárido que predomina na região, no qual a baixa precipitação favorece o cultivo de cana;
- (C) a extensa presença de solos hidromórficos que, ao facilitarem o manejo e a mecanização, favoreceram a expansão da agricultura moderna;
- (D) a vegetação característica, de floresta latifoliada densa, que é responsável pela fertilidade do solo através da formação da serapilheira;
- (E) a predominância de latossolos que, apesar da baixa fertilidade, com a aplicação de corretivos e fertilizantes, apresentam boa capacidade de produção.

19

“Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se presidente do Brasil em caráter provisório”. (SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra. RJ, p. 21)

A Revolução de 1930 mudou inteiramente o processo histórico brasileiro, fazendo ruir as estruturas da chamada “República Velha” ou “Primeira República” no país e deu início a uma nova etapa histórica para o estado de Goiás, na medida em que:

- (A) novas classes políticas assumiram o comando do estado, com novas prioridades, como a higienização e o progresso, alinhadas com a política desenvolvimentista nacional;
- (B) a oligarquia goiana se manteve no poder estadual, porém implementou um modelo desenvolvimentista com o objetivo de inserir o estado de Goiás no mercado internacional;
- (C) após a Revolução de 30, a economia goiana sofreu importantes mudanças, sendo a base agrária gradativamente substituída pelo processo de industrialização;
- (D) a nova elite política goiana, na perspectiva de modernizar o estado a partir de 1930, realizou investimentos prioritários nos municípios menores;
- (E) a aliança entre a burguesia e a elite rural goiana foi refletida na priorização dos investimentos em educação para qualificação de mão de obra no pós-1930.

20

O Regime Militar brasileiro (1964/1985) produziu em Goiás uma modernização conservadora que se evidencia na:

- (A) formação de diversos polos industriais em todo o Estado, através de investimentos do governo de Irapuan Costa Jr., entre 1975 e 1978;
- (B) expansão do sistema agrícola moderno na região, favorecido com a criação da EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária);
- (C) modernização dos sindicatos rurais, estimulados pelo governo na administração de Meira Matos, entre 1964 e 1965;
- (D) realização de uma reforma agrária com vistas à expansão das pequenas propriedades durante a administração de Otávio Lage (1966/1970);
- (E) predominância da base agrária de subsistência voltada para o mercado interno, sem investimentos do governo de Irapuan Costa Jr. (1975/1978).

Noções de Direito Constitucional e Administrativo

21

De acordo com a Lei Estadual nº 17.663/12, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, o cargo de Analista Judiciário - Área Especializada compreende:

- (A) os serviços realizados por bacharéis em Direito, abrangendo o processamento e distribuição de feitos, conforme sua natureza, a realização de partilha, a execução de mandados e avaliação;
- (B) os serviços de nível superior, realizados nas escriturarias judiciárias de 1º Grau e nas unidades judiciárias de 2º Grau, bem como nas áreas administrativas, de modo a impulsionar os feitos judiciais e administrativos;
- (C) os serviços relacionados com gestão de pessoas, material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno e auditoria e outras atividades complementares de apoio administrativo no âmbito do Poder Judiciário;
- (D) a execução de atividades de nível superior para as quais se exige dos titulares dos cargos o devido registro nos órgãos fiscalizadores do exercício de profissões ou o domínio de habilidades específicas, definidas em regulamento próprio;
- (E) a análise e a pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como a elaboração de minutas de despachos, decisões, sentenças, votos e pareceres jurídicos.

22

Joana, professora da rede estadual ocupante de cargo efetivo, requereu ao Secretário de Estado de Educação licença para aprimoramento profissional de professor. Seu pleito foi indeferido ao argumento de carência de professor efetivo na rede estadual, para evitar danos ao interesse público por prejuízo ao regular prosseguimento das aulas. O poder administrativo conferido ao Administrador para aferir a oportunidade e conveniência na análise do requerimento de Joana chama-se poder:

- (A) de polícia;
- (B) discricionário;
- (C) hierárquico;
- (D) regulador;
- (E) disciplinar.

23

A Constituição da República de 1988 estabelece algumas garantias aos juízes, como a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após:

- (A) um ano de exercício;
- (B) dois anos de exercício;
- (C) três anos de exercício;
- (D) quatro anos de exercício;
- (E) cinco anos de exercício.

24

A Constituição da República de 1988, em seu Art. 37, *caput*, prevê princípios expressos da administração pública. Dentre eles, o princípio que objetiva, por um lado, a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica e, por outro lado, a vedação de favorecimento de alguns indivíduos em detrimento de outros, visando ao interesse público, é chamado princípio da:

- (A) isonomia;
- (B) moralidade;
- (C) impessoalidade;
- (D) finalidade;
- (E) eficiência.

25

Maria, desconfiada de que seu esposo Antônio a estava traindo, resolveu grampear o celular de seu cônjuge, com fito de interceptar suas comunicações telefônicas, gravando inclusive. Dessa forma, Maria conseguiu comprovar a traição, inclusive, uma ardente conversa de amor entre Antônio e sua amante. Sob o prisma das garantias fundamentais previstas no Art. 5º da Constituição da República de 1988, a conduta de Maria ao proceder diretamente à interceptação telefônica está:

- (A) correta, pois agiu em defesa de sua honra e de sua família;
- (B) correta, desde que junte ao processo judicial de divórcio o inteiro teor das comunicações telefônicas gravadas;
- (C) errada, pois as comunicações telefônicas são sempre invioláveis;
- (D) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem administrativa, legislativa ou judicial, para fins de instrução processual;
- (E) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Conhecimentos específicos

26

O Decreto nº 93.872/1986 dispõe sobre a conceituação e o tratamento das despesas de exercícios anteriores. De acordo com as disposições do decreto, despesas que NÃO se tenham processado na época própria são:

- (A) aquelas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;
- (B) aquelas com empenho considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que o credor tenha cumprido sua obrigação no prazo estabelecido;
- (C) despesas com empenho anulado no encerramento do exercício correspondente;
- (D) obrigações de pagamento criadas em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do credor após o encerramento do exercício correspondente;
- (E) restos a pagar, processados ou não, com prescrição interrompida.

27

Ao buscar um empréstimo de \$10.000,00, a empresa Bolsofurado teve suas solicitações recusadas pelos bancos. Apenas o Banco Urubu aceitou conceder um empréstimo com as seguintes condições:

- será feito na modalidade de desconto de duplicatas;
- o valor será pago em parcela única em 180 dias;
- o banco concederá 50% do valor das duplicatas que serão descontadas.

Considerando as práticas contábeis aceitas no Brasil, assinale a alternativa que melhor demonstra a contabilização da operação acima no momento da contratação é:

- (A) Débito: caixa e bancos \$10.000,00
Crédito: duplicatas descontadas (conta redutora do Ativo) \$10.000,00;
- (B) Débito: caixa e bancos \$20.000,00
Crédito: duplicatas descontadas (conta redutora do Ativo) \$20.000,00;
- (C) Débito: caixa e bancos (Ativo) \$10.000,00
Débito: despesa com juros (Resultado) \$10.000,00
Crédito: duplicatas descontadas (conta redutora do Ativo) \$20.000,00;
- (D) Débito: caixa e bancos (Ativo) \$10.000,00
Crédito: empréstimos e financiamentos (Passivo) \$10.000,00;
- (E) Débito: caixa e bancos (Ativo) \$10.000,00
Débito: despesa com juros (Resultado) \$10.000,00
Crédito: empréstimos e financiamentos (Passivo) \$20.000,00.

28

A NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, orienta a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa por entidades do setor público. Considere os dados apresentados a seguir e as orientações da NBC T 16.6.

receitas derivadas	50.500,00
receitas originárias	6.100,00
receitas extraorçamentárias	9.300,00
receitas de alienação de bens	13.600,00
receitas de amortização de empréstimos	17.000,00

O total de ingressos que devem compor o fluxo de caixa das operações é:

- (A) 56.600,00;
(B) 65.900,00;
(C) 79.500,00;
(D) 87.200,00;
(E) 96.500,00.

29

Em uma entidade pública da administração direta, o departamento de Contabilidade, formado por profissionais recém aprovados em concurso público, fizeram um levantamento das receitas da entidade para fins de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme definição dada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma das receitas que deve ser apartada do cálculo da RCL é:

- (A) de serviços;
(B) patrimoniais;
(C) de contribuições;
(D) de alienação de bens;
(E) de transferências correntes.

30

O prefeito de um determinado município incluiu no orçamento anual uma despesa na função Educação para custear as mensalidades do curso de graduação de uma de suas filhas. Do ponto de vista dos princípios de contabilidade aplicados ao setor público, esse procedimento está em desacordo com o princípio da:

- (A) entidade;
(B) continuidade;
(C) competência;
(D) oportunidade;
(E) transparência.

31

Texto 1

A sessão de patrimônio de um ente da federação estava procedendo ao levantamento dos itens patrimoniais do ente para verificar a necessidade de reavaliação ou reconhecimento de perdas. Os veículos de transporte de estudantes, com valor líquido contábil de 480.000,00, estão depreciados em 40%. A entidade estima o valor de uso do conjunto de ativos é 450.000,00. O valor de mercado dos ativos, nas condições atuais é de 430.000,00, com 10% de custos de alienação.

Em referência ao texto 1 e de acordo com as disposições da NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, o valor recuperável desse conjunto de ativos é:

- (A) 480.000,00;
(B) 450.000,00;
(C) 430.000,00;
(D) 387.000,00;
(E) 288.000,00.

32

Em referência ao texto 1 e de acordo com as disposições da NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, o valor a ser reconhecido como perda por redução ao valor recuperável do conjunto de ativos é:

- (A) 192.000,00;
(B) 50.000,00;
(C) 30.000,00;
(D) 20.000,00;
(E) 0,00.

33

Ao final de um determinado exercício, os dados da execução orçamentária foram levantados pela Contabilidade, conforme o quadro 1 a seguir.

Quadro 1

Receitas correntes previstas	186.300,00
Receitas de capital previstas	25.700,00
Despesas correntes fixadas	172.600,00
Despesas de capital fixadas	39.400,00
Receitas correntes arrecadadas	198.000,00
Receitas de capital arrecadadas	13.600,00
Suplementação de despesas correntes	25.500,00
Anulação de dotações de despesas de capital	18.800,00
Despesas correntes empenhadas	183.200,00
Despesas de capital empenhadas	13.400,00
Despesas correntes liquidadas	179.400,00
Despesas de capital liquidadas	12.600,00

Considerando-se as informações do quadro 1 e as regras de elaboração do Balanço Orçamentário, pode-se afirmar que:

- (A) a economia orçamentária do exercício foi de 14.900;
- (B) houve superávit no orçamento de capital de 1.000;
- (C) o excesso de arrecadação do exercício foi de 11.700;
- (D) o orçamento da despesa corrente foi atualizado em 10%;
- (E) o resultado da execução orçamentária foi de 15.000.

34

A partir das informações do quadro 1 e considerando que 10% das despesas liquidadas não foram pagas, o valor total inscrito em restos a pagar é de:

- (A) 23.800,00;
- (B) 22.100,00;
- (C) 19.200,00;
- (D) 14.900,00;
- (E) 4.600,00.

35

Os instrumentos de planejamento orçamentário no Brasil são elaborados de forma que um subsidie a elaboração do outro. Para isso, eles precisam ser apresentados e aprovados dentro dos prazos estabelecidos. Acerca dos prazos de elaboração desses instrumentos, definidos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, analise as afirmativas a seguir.

- I) O Plano Plurianual é elaborado no primeiro ano de mandato e entra em vigência no segundo ano.
- II) O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser apresentado até quatro meses do encerramento do exercício.
- III) O projeto de Lei Orçamentária Anual deve ser votado até o encerramento da sessão legislativa.
- IV) Os prazos de apresentação e votação do PPA, LDO e LOA podem ser diferentes nos Estados e municípios.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) I, III e IV.

36

A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa de um Estado da Federação, após receber as propostas da lei orçamentária e das emendas dos deputados, procedeu à análise das propostas de emendas. A proposta que pode ser admitida, por estar de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, é:

- (A) construção de barragem, pendente de aprovação ambiental, para beneficiar quatro municípios;
- (B) criação de centros públicos de acesso à internet na capital e nos municípios do interior;
- (C) redistribuição dos recursos previstos para construção de cisternas, para contemplar mais municípios;
- (D) redução em 10% na dotação das despesas de custeio;
- (E) redução das despesas com horas extras do pessoal alocado nos serviços de natureza administrativa.

37

Uma entidade pública da administração direta adquiriu no mês de março equipamentos de projeção para sala de conferências, ao custo de 23.000,00. Em abril as instalações ficaram prontas. Mas o equipamento só entrou em uso em junho. Considerando que os equipamentos têm valor residual de 3.000,00 e vida útil de cinco anos, a despesa com depreciação a ser reconhecida no final do primeiro exercício, pelo método das quotas constantes, é de:

- (A) 2.333,33;
- (B) 2.683,33;
- (C) 3.000,00;
- (D) 3.333,33;
- (E) 3.833,33.

38

De acordo com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, emitidas pelo *Institute of Internal Auditors (IIA)*, a atividade de auditoria interna deve ser independente e a independência dentro da organização se alcança de forma efetiva quando o executivo chefe de auditoria se reporta funcionalmente ao conselho.

Um exemplo de reporte funcional ao Conselho que está dissociado da independência organizacional da auditoria interna é a aprovação:

- (A) do estatuto de auditoria interna;
- (B) do planejamento de auditoria baseado em riscos;
- (C) do orçamento de auditoria e o plano de recursos;
- (D) dos departamentos priorizados na auditoria interna;
- (E) das decisões referentes à nomeação e demissão do executivo chefe de auditoria.

39

Nos procedimentos de auditoria, um dos objetivos da inspeção física de itens registrados no ativo imobilizado é verificar:

- (A) a existência de bens obsoletos ou deteriorados;
- (B) a coerência na definição do valor residual;
- (C) a necessidade de reconhecimento de perdas;
- (D) a conformidade com o valor de mercado;
- (E) o registro adequado das despesas de depreciação.

Texto 2

A empresa Goiana é a agroindústria brasileira que lidera o mercado de polpa de Pequi em conserva e se orgulha de ser responsável por toda cadeia produtiva. Além desse produto, a empresa Goiana desenvolveu a tecnologia para produzir biodiesel a partir do caroço dessa fruta. De acordo com os dirigentes da empresa Goiana, partindo de mudas preparadas em laboratório, a produção do pequizeiro inicia-se de 4 a 5 anos após o plantio. Trata-se de uma árvore que atinge seu ápice de produção aos 200 anos, podendo viver até 1.200 anos. Todavia, a empresa Goiana registrou a patente de uma modificação genética, gerando o PequiH55. Trata-se de uma árvore híbrida que inicia sua vida produtiva em nível máximo aos 10 anos, além de possuir um caroço 3 vezes maior, comparativamente ao pequizeiro encontrado na natureza.

40

O biodiesel produzido pela empresa Goiana é:

- (A) um produto agrícola que passou por transformação e por isso não pode ser mensurado pelo seu valor justo;
- (B) registrado na conta de estoques e mensurado ao valor justo;
- (C) um ativo biológico que passou por transformação e por isso não pode ser mensurado pelo seu valor justo;
- (D) um produto agrícola que passou por transformação e por isso deve ser mensurado pelo seu valor justo;
- (E) mensurado ao valor justo, pois é um produto agrícola.

41

De acordo com o texto 2, os resultados abrangentes gerados da exploração de pequis da empresa Goiana são evidenciados:

- (A) no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados;
- (B) na demonstração do resultado do exercício, como lucro líquido;
- (C) no patrimônio líquido, na conta de ajuste acumulado de conversão;
- (D) no patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial;
- (E) na demonstração do resultado do exercício, como um resultado abrangente.

42

De acordo com o texto 2, no Balanço Patrimonial da empresa Goiana, a patente do PequiH55 será evidenciada como um:

- (A) ativo intangível de vida útil indefinida, pois transcenderá muitas gerações humanas;
- (B) custo de produção do pequizeiro, já que tal tecnologia é intrínseca a esse ativo;
- (C) ativo intangível de vida útil indefinida, sujeito a depreciação com base na estimativa de produção do PequiH55;
- (D) segredo industrial que gera direitos de propriedade e que exige o registro de um ativo contingente;
- (E) ativo intangível de vida útil definida cuja recuperação do investimento será avaliada pelo teste de *impairment*.

43

De acordo com o texto 2, até iniciar a fase produtiva de seus pequizeiros, o Balanço Patrimonial da empresa Goiana evidenciará:

- (A) o valor da depreciação desse ativo, considerando sua vida produtiva estimada;
- (B) o valor da exaustão desse ativo, considerando sua vida produtiva estimada;
- (C) o valor justo desse ativo;
- (D) sua capacidade de produção de biodiesel e polpa de pequi;
- (E) a variação dos custos durante a fase de plantio dessa fruta.

44

A Cia Brasil possui 50% das ações da Cia Americana e avalia esse investimento por equivalência patrimonial. O Patrimônio Líquido da Cia Americana em 1º/01/2013 era composto por:

- Capital = \$6.000 (6.000 ações)
- Reservas de capital = \$2.000
- Reservas de lucro = \$2.000

Tendo por base apenas tais informações, sabe-se que em seu Balanço Patrimonial final de 2012 a Cia Brasil reconheceu um total de \$5.000 em relação aos seus investimentos na Cia Americana.

Durante 2013 a Cia Americana não registrou nenhuma transação em suas atividades, exceto o aporte de mais \$6.000 de capital, sendo emitidas 6.000 novas ações de \$1,00 cada. Sabe-se que a Cia Brasil permaneceu com a participação demonstrada no Balanço Patrimonial final de 2012, dado que não dispunha de caixa para novos investimentos em 2013.

Destarte, em decorrência exclusivamente dos eventos narrados sobre sua participação acionária na Cia Americana, ao final de 2013 a Cia Brasil:

- (A) contabilizou \$1.000 a crédito em outros resultados abrangentes;
- (B) evidenciou um passivo continente de \$3.000;
- (C) contabilizou \$1.000 a débito em outros resultados abrangentes;
- (D) evidenciou \$5.000 de investimentos na Cia Americana;
- (E) contabilizou um passivo não circulante de \$3.000.

45

O procedimento que uma empresa deve adotar quando identifica que uma unidade geradora de caixa (conjunto de ativos) possui um valor acima do valor de mercado é:

- (A) nenhum, pois as depreciações futuras irão ajustar qualquer diferença existente;
- (B) acelerar sua depreciação, de modo que os valores dos ativos correspondam ao valor de mercado;
- (C) verificar o valor de uso dos ativos, ou seja, verificar o quanto gera de benefícios para a empresa;
- (D) reconhecer uma perda do valor recuperável dos ativos pela diferença do valor líquido contábil com o valor de mercado;
- (E) reconhecer uma perda do valor recuperável dos ativos pela diferença do valor residual com o valor de mercado.

46

Em 2013 a empresa XYZ apurou prejuízo em função de uma perda por *impairment*. Por esse motivo decidiu publicar sua Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) utilizando o método Indireto – adicionalmente ao método Direto que sempre fora publicado pela empresa nos anos anteriores, enquanto a conciliação requerida pelo CPC 03 era feita apenas nas notas explicativas – como modo de incrementar as possibilidades de análise de seus investidores, já que:

- (A) a perda por *impairment* tem efeito no caixa do período em que é reconhecida, o que não é evidenciado pelo método direto;
- (B) o Fluxo de Caixa Operacional (FCO) pelo método direto evidencia as perdas por *impairment*, o que não ocorre no método indireto;
- (C) diferente do que ocorre com as perdas por *impairment*, os ganhos dessa natureza são geradores de caixa e são evidenciados apenas pelo método direto;
- (D) a perda *impairment* tem efeito no caixa futuro da entidade, o que é evidenciado pelo método direto;
- (E) o Fluxo de Caixa Operacional (FCO) pelo método indireto evidencia as perdas por *impairment*, o que não ocorre no método direto.

47

A Cia Goiás comprou 100% da Cia São Paulo e pagou à vista \$30.000. O acervo líquido da Cia São Paulo a valor contábil era de \$50.000, representado por ativos de \$60.000 e passivos de \$10.000. O acervo líquido da Cia São Paulo a valor justo era de \$55.000, representado por ativos de \$65.000 e passivos de \$10.000. Em decorrência dessa operação, a Cia Goiás contabilizou:

- (A) \$25.000 de deságio, evidenciados no seu resultado;
- (B) \$5.000 de deságio, evidenciados no ativo intangível do seu Balanço Patrimonial;
- (C) \$20.000 de deságio, evidenciados no seu resultado;
- (D) \$5.000 de ágio, evidenciados no ativo intangível do seu Balanço Patrimonial;
- (E) \$25.000 de ágio, evidenciados no ativo intangível do seu Balanço Patrimonial individual.

48

A empresa Goiabópolis enfrenta uma demanda judicial referente ao pagamento de horas-extras. Notadamente, seus ex-funcionários trabalharam mais de 18 horas por dia, muito além dos limites que a legislação trabalhista permite. O processo já está em trâmite desde 2013 e ainda não há previsão para o julgamento final. Apesar de estimarem desde o início que é mais provável que essa causa seja perdida, os melhores advogados de Perilópolis estão ajudando a empresa Goiabópolis a fazer chicana ao longo de 2014. A esperança é de que em 2015 a empresa Goiabópolis vença uma licitação como governo federal e assim consiga viabilizar o dinheiro necessário para liquidar o processo. Em relação a essa demanda judicial, seguindo as práticas contábeis vigentes no Brasil desde 2010, a empresa Goiabópolis deveria ter:

- (A) reconhecido um passivo circulante em 2014;
- (B) evidenciado em suas Notas Explicativas de 2013 a provável exigibilidade desse passivo contingente, sem reconhecer nenhuma despesa desse processo até aquele momento;
- (C) reconhecido uma provisão para 2015, considerando a expectativa de vencer a licitação;
- (D) evidenciado em suas Notas Explicativas de 2014 a provável exigibilidade desse passivo contingente, sem reconhecer nenhuma despesa desse processo até aquele momento;
- (E) reconhecido um passivo não circulante em 2013.

49

De acordo com as práticas de contabilidade vigentes no Brasil desde 2010, numa economia estável a conversão das demonstrações contábeis expressas em moeda estrangeira para a moeda funcional deve utilizar o método:

- (A) da taxa histórica para ativos, passivos, receitas e despesas;
- (B) da correção monetária integral para o patrimônio líquido;
- (C) da taxa corrente para ativos, passivos, receitas e despesas;
- (D) do ajuste acumulado de conversão para o patrimônio líquido;
- (E) da taxa corrente para o patrimônio líquido.

50

A Empresa Narizentupido tenta desenvolver remédios para combater gripes e resfriados. Na intenção de ganhar participação no mercado, a empresa está sempre em busca de novidades. Na fase de pesquisa de um remédio, utilizando escamas de sardinha, foram investidos \$50.000,00. Após a pesquisa indicar que é viável a produção e comercialização desse remédio, foram gastos \$120.000,00. Além desses valores, foram ainda desembolsados \$15.000,00 para treinar todos os consultores de venda, de modo a recuperar o mais rápido possível os recursos já investidos em pesquisa e desenvolvimento.

Considerando que a empresa Narizentupido possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, a operação acima deve ser evidenciada nas suas demonstrações contábeis da seguinte forma:

- (A) \$120.000,00 como ativo intangível e \$65.000,00 como despesa no exercício, sendo que nas notas explicativas a empresa deve divulgar o investimento de \$50.000,00 em pesquisa;
- (B) \$135.000,00 como ativo intangível e \$50.000,00 como despesa no exercício, e sem nenhuma obrigatoriedade específica de divulgar em nota explicativa;
- (C) \$170.000,00 como ativo intangível e \$15.000,00 como despesa no exercício e sem nenhuma obrigatoriedade específica de divulgar em nota explicativa;
- (D) \$185.000,00 como ativo intangível e sem nenhuma obrigatoriedade específica de divulgar em nota explicativa;
- (E) \$185.000,00 como despesa no exercício e, somente quando for possível identificar que o investimento gerará retorno, é que o valor pode ser transferido para o ativo. Nas notas explicativas a empresa deverá divulgar o valor de \$185.000,00 como gasto em pesquisa e desenvolvimento.

Tema da redação:

“A contabilidade é muito mais presente na vida do cidadão do que todos pensam. Por ser uma ciência de informações reais, todas as empresas necessitam do que a contabilidade oferece, e essa realidade serve também para as famílias de todas as classes sociais”, declara Selma Gama, vice-presidente do SESCOB-RJ.

Onde a contabilidade está presente na vida dos cidadãos? Isso a torna uma das atividades profissionais indispensáveis na vida moderna? Que sugestões podem ser dadas para que essa atividade cresça? Exponha sua opinião, fundamentada em argumentos convincentes, em texto dissertativo-argumentativo, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, em linguagem culta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

